

PEC EMERGENCIAL

O QUE VOCÊ PRECISA SABER

O QUE É A PEC EMERGENCIAL?

A Proposta de Emenda Constitucional Emergencial é uma medida proposta pelo governo que estabelece cortes de despesas correntes do setor público, principalmente salários de servidores, sempre que o orçamento da União ultrapassar o limite estabelecido pela Regra de Ouro. A PEC prevê cortes na jornada de trabalho e nos salários de servidores, além do congelamento da progressão de carreiras. Caso seja aprovada, a PEC entra em vigor imediatamente.

O QUE É A REGRA DE OURO?

É uma restrição fiscal que proíbe o endividamento público para financiar gastos correntes (benefícios sociais, despesas de luz, água, diárias e passagens, material de consumo etc). Para que isto aconteça, é preciso que o Congresso Nacional aprove um crédito suplementar.

Se a PEC for aprovada, caso a Regra de Ouro seja violada, as restrições começam a funcionar imediatamente pelos dois anos seguintes.

COMO A PEC IRÁ AFETAR OS SERVIDORES PÚBLICOS?

A medida prevê a redução da jornada de trabalho dos servidores em até 25%, proporcional à redução dos salários. Ou seja, um quarto do salário destes trabalhadores poderá ser cortado. Quem hoje recebe R\$ 10 mil por mês, trabalhando 40 horas por semana, passará a receber R\$ 7,5 mil por mês, trabalhando 30 horas por semana.

APEC emergencial também suspenderá as possibilidades de promoção e progressão de carreira. Além disso, aumentos de salário serão proibidos e concursos públicos também deixarão de ser realizados.

O QUE VAI ACONTECER COM A DEDICAÇÃO EXCLUSIVA?

Com a redução da jornada de trabalho, a PEC vai eliminar o regime de DE no serviço público. O governo justifica que a acabar com a DE possibilita aos servidores buscarem outras atividades para complementar a renda. No entanto, a medida é extremamente prejudicial à dinâmica do trabalho docente, que não está restrito somente às salas de aula, mas também inclui pesquisas, projetos de extensão e outras atividades extracurriculares.

O QUE FAZER?

Nesse momento de retirada de direitos e de ataques à educação pública, a ADUR-RJ reafirma a defesa dos direitos de todos os segmentos da Universidade. O projeto político de Bolsonaro e Paulo Guedes só traz perdas para a grande maioria da população, enquanto enriquece uma minoria. Prova disso é que a PEC Emergencial tramita com apoio declarado de entidades empresariais, do sistema financeiro e da mídia.

Internamente, precisamos nos organizar para acelerar os processos de progressão funcional e manter a abertura de editais para concursos. Vamos nos articular para derrotar a PEC!

A Diretoria da ADUR-RJ entende que é preciso organizar uma reação política já e conclama todos e todas a somar nesta luta!